

## RECENSÕES

e que não lhe é fornecido no texto. No entanto, estamos em presença de um texto arejado, que nos fornece uma perspectiva não tradicional sobre a revolução científica, não sobrecarregado com citações e referências que quase sempre perturbam a continuidade da leitura e que o autor, inteligentemente, remeteu para a bibliografia final.

José Alberto Silva (josealberto@ip.pt)  
Fernando Serôdio (Fernandoserodio@mail.telepac.pt)  
E. S. Marquês de Pombal  
R. Alexandre Sá Pinto  
1300 Lisboa

***Understanding Cognition***, de P. J. Hampson e P. E. Morris. Oxford: Blackwell, 1996. 400 pp.

Em termos amplos, a psicologia cognitiva pode ser vista como o setor da psicologia que estuda a estrutura e a atuação da mente. Procura explicar de que maneira o ser humano 1) conhece o mundo, os demais seres e a si mesmo, 2) utiliza tal conhecimento com o propósito de executar uma apreciável quantidade de tarefas — entre as quais perceber, lembrar, falar, resolver problemas, raciocinar, optar.

Especialistas em cognição adotam um ponto de vista científico em seus estudos, admitindo que a mente seja *fenômeno natural*. A fim de bem entender o alcance dessa admissão, pensemos, por um momento, no termo “digestão”. Não alude a uma coisa, mas a um conjunto de atividades fisiológicas e bioquímicas. Todavia, não há digestão sem o auxílio de certos órgãos (boca, estômago, intestinos). De maneira análoga, a mente também deixaria de ser uma “coisa”, para transformar-se em conjunto de procedimentos destinados a operar com símbolos. Contudo, não pode haver atividade mental sem um órgão “de suporte” (o cérebro). No entender dos estudiosos da cognição, a mente será melhor descrita em termos de um conjunto de processos (apoiados pelo cérebro), intimamente associados ao que as pessoas fazem e dizem. Tal associação depende, segundo hoje se admite, sem mais controvérsias, de *leis naturais*.

Isto estabelecido, parece perfeitamente legítimo dizer que a *psicologia cognitiva* é o ramo da psicologia experimental que procura explicar os processos mentais.

Explicações desse gênero são antigas e têm variado consideravelmente. Quando apareceram as modernas máquinas digitais, surgiu, com naturalidade, a idéia de que o cérebro e a mente poderiam ser comparados, respectivamente, a um computador e a um correspondente programa.

Levando muito a sério a idéia de que a mente seria análoga aos programas de computadores, Peter J. Hampson (Dep. de Psicologia Aplicada, University College Cork, da Irlanda) e Peter E. Morris (Dep. de Psicologia,

Universidade de Lancaster, da Inglaterra) redigiram este manual — cujo principal propósito é o de examinar diversos e importantes aspectos do que os autores denominam “sistema cognitivo”.

Hampton e Morris notam, com habilidade, que a ciência cognitiva combina aspectos de várias disciplinas — psicologia cognitiva, inteligência artificial, neuropsicologia, lingüística e filosofia da mente — partindo do pressuposto de que todas elas, embora com “ferramentas” diversas, estudam problemas similares.

Depois de breve e interessante introdução (capítulo 1), o livro se abre em três partes. Na primeira (capítulos 2 a 6), os autores analisam, justamente, o *sistema cognitivo*, decompondo-o em subsistemas “adequados”, independentes, porém interligados — relativos à memória, à visão, à linguagem, à atenção e às “habilidades” (requeridas para execução de numerosos “atos inteligentes”). Na segunda parte (capítulos 7 a 10), Hampson e Morris discutem aquilo que seria possível *fazer* com o sistema cognitivo. Os quatro capítulos desta segunda parte dizem respeito à memória, ao planejamento de ações, à leitura e à resolução de problemas. Essa lista de atividades cognitivas é, por certo, limitada; não obstante, muito representativa do que o sistema cognitivo pode executar. Na terceira parte, os autores examinam tentativas que os psicólogos têm feito no sentido de “imitar” (por diversos caminhos) as operações do sistema cognitivo.

Depois de comentários em torno da memória e da visão (p. 17-18), os autores notam, no cap. 4, intitulado “Language”, que a língua é aspecto fundamental da atividade humana. Em função disso, estudam a relação que a língua mantém com o pensamento. Falam de teorias que procuram fixar a estrutura da língua; procuram mostrar como se produzem os enunciados lingüísticos; e abordam o delicado problema da compreensão desses enunciados, orais ou escritos, quando emitidos por outrem. Os capítulos seguintes (p. 111-150) voltam-se para a *atenção* (com interessante seção devotada à capacidade de executar duas ações simultaneamente) e para os “*skills*”, analisados sobretudo pelo prisma de sua aquisição.

A parte II (p. 151-255) principia contemplando a *memória* (“scripts”, esquemas, mapas cognitivos, imagens mentais). Prossegue com o *planejamento de ações*, com interessante seção a respeito de emoção e cognição. Discute a *leitura*, examinando questões importantes — mediação fônica; reconhecimento de palavras com os olhos; leitura e compreensão; desordens funcionais. E termina com exame do *raciocínio* (voltado para a resolução de problemas).

Na terceira parte do livro há três capítulos. Um deles se volta para a “inteligência artificial” (IA). Outro, para as pesquisas no campo da neuropsicologia. O terceiro capítulo, intitulado “connectionism”, com o qual se encerra o livro, relaciona os temas dos dois capítulos precedentes. Efetua, por assim dizer, uma aproximação entre as noções geradas pelo estudo de modelos de computador (decorrentes da pesquisa com IA) e as idéias que a neuropsicologia nos trouxe em anos recentes. Em resumo, o propósito desse

## RECENSÕES

capítulo final é o de ressaltar que todos os processos cognitivos se assentam em uma “arquitetura” neural subjacente.

O manual de Hampson e Morris está cheio de figuras e de tabelas. Ao final de cada capítulo, várias informações complementares são acrescentadas ao texto, para orientação do leitor. Há uma breve “conclusão”. Uma indicação de leituras a fazer. Uma pequena lista de “pontos a discutir” (a rigor, algumas perguntas de revisão). Alguns “exercícios práticos”. Em fundo escuro, os autores juntam três ou quatro páginas destinadas a aprofundar um ou dois aspectos específicos discutidos no capítulo. Por exemplo, no cap. 10, um dos temas é o do uso das analogias na resolução de problemas; outro tema é o do raciocínio com base em material realista.

No final da obra, ao lado de habituais índices de nomes e de assuntos, uma vasta e certamente muito útil lista de referências — 29 páginas.

Concluindo, vale a pena observar que este manual faz parte de uma série (“Basic psychology”) editada pela Blackwell e da qual fazem parte, ainda, os livros *Understanding children’s development* e *Understanding neuropsychology* e que será enriquecida com novos títulos — tendo já sido anunciado *Understanding abnormal psychology*.

Leonidas Hegenberg  
Rua Lisboa 1208  
05.413-001, S. Paulo – SP  
Brasil

***Eutidemo***, de Platão. Tradução, introdução e notas de Adriana M. M. F. Nogueira. Lisboa: INCM, 1999, 137 pp.

A edição da primeira tradução portuguesa do diálogo *Eutidemo*, feita a partir do original grego, constitui motivo de alegria não só por se tratar da primeira publicação de uma obra clássica, mas também pela qualidade do trabalho oferecido ao público leitor de filosofia.

Entrando imediatamente na análise do diálogo, adianto que se trata de uma obra singular na produção platónica, e sob diversos pontos vista. Pois o encontro de Sócrates com dois erísticos — praticantes da arte do combate verbal — afasta-se muito dos confrontos relatados noutros diálogos, protagonizados por sofistas.

Nos diálogos platónicos, os erísticos são uma família da classe dos sofistas e da espécie dos antilógicos (também “elênticos”). O seu ensino concentra-se exclusivamente na exibição como forma de divulgação das técnicas do combate verbal.

A circunstância de estes termos aparecerem ao longo de um século, em muitos autores, contribui para a frequente confusão destas distinções, agravadas ainda na bibliografia secundária.